

II Simpósio Pós-Estruturalismo e Teoria Social: Ernesto Laclau e seus
Interlocutores
25 a 27 de setembro de 2017
Pelotas/RS – Brasil

Grupo de Trabalho 01: Teoria do Discurso e seus interlocutores

**Título: A INTERLOCUÇÃO ENTRE A TEORIA DO
DISCURSO NO PLURALISMO AGONÍSTICO DE
CHANTAL MOUFFE COM ALGUMAS NOÇÕES
PSICANALÍTICAS**

Leo Peixoto Rodrigues
Doutor em sociologia, professor dos programas de pós-graduação em
Sociologia e Ciência Política – UFPel.
Murilo Paiotti Dias
Bacharel em ciências sociais e mestrando em Sociologia pelo Programa de
Pós-Graduação em Sociologia – PPGS/UFPel.
Universidade Federal de Pelotas – UFPel
E-mail: murilopaiotti@gmail.com
leo.peixotto@gmail.com

A INTERLOCUÇÃO ENTRE A TEORIA DO DISCURSO NO PLURALISMO AGONÍSTICO DE CHANTAL MOUFFE COM ALGUMAS NOÇÕES PSICANALÍTICAS

Léo Peixoto Rodrigues
Murilo Paiotti Dias
Artigo para o GT 01.

Resumo: Este trabalho pretende estabelecer um diálogo entre as noções pós-estruturalistas provindas da Teoria do Discurso (TD) e que estão presentes no pluralismo agonístico de Chantal Mouffe, com algumas noções psicanalíticas trabalhadas pela autora para o desenvolvimento de uma perspectiva de democracia radical que conta com o conflito como inerente ao social, mas que não necessariamente apresenta-se como antagônico graças à possibilidade de sublimação, conceito este que a autora trás dos trabalhos de Freud. Assim, pretende-se demonstrar a importância da reflexão e de conceitos psicanalíticos oriundos dos trabalhos de Freud e Lacan na construção da teoria política que aborda principalmente as diferentes identidades coletivas na possibilidade de um “consenso conflituoso”.

Palavras-chave: Teoria do Discurso, pluralismo agonístico, psicanálise (Freud e Lacan), identidades coletivas.

1. ASPECTOS SOBRE A TEORIA DO DISCURSO

A Teoria do Discurso começou a ser desenvolvida na década de 1980, pelo filósofo político argentino Ernesto Laclau e a cientista política belga Chantal Mouffe, tendo sido inaugurada com o lançamento da obra *Hegemony and Socialist Strategy: Towards a Radical Democratic Politics*, em 1985. Tendo como matriz epistemológica o pensamento pós-estruturalista¹, a Teoria do Discurso

¹ O Estruturalismo constitui-se em uma corrente de pensamento que tem seu início em três cursos de Linguística Geral oferecidos na Universidade de Genebra, entre 1906 e 1911, pelo linguista Ferdinand de Saussure, os quais foram sistematizados, em 1916, no “Curso de Linguística Geral”, livro publicado postumamente por seus alunos. Para além da influência que Saussure teve entre os linguistas, o seu ensino foi transposto – e alterado em certa medida – para a antropologia de Lévi-Strauss, e, depois disso, para as diferentes áreas das ciências humanas e sociais. Autores vinculados ao Estruturalismo iniciam, através de uma crítica à pretensão de Lévi-Strauss em estabelecer cariz científico positivo através de métodos e fundamentos provindos do realismo epistemológico, o que ficou conhecido como o Pós-

investiga a questão do poder na constituição das relações sociais (MENDONÇA; RODRIGUES, 2014).

A Teoria do Discurso trata os discursos, e não o sujeito, como a origem das relações sociais, as quais são dispersas, destotalizadas e descentralizadas. Laclau e Mouffe (2015) concebem o sujeito como um ser ambíguo, incompleto e polissêmico, que deve ser visto sempre através da sua posição ocupada no interior do campo da discursividade. Este campo, por sua vez, se apresenta como um espaço aberto, contingente e que não possui nenhum centro essencializado (LACLAU; MOUFFE, 2015). Conforme a definição apresentada pelos autores:

Referimo-nos ao “discurso” como um sistema de entidades diferencias, isto é, de momentos. [...] Tal sistema só existe como limitação parcial de um excesso de sentido que o subverte. Sendo inerente a toda situação discursiva, este “excesso” é o terreno necessário à constituição de toda prática social. A ele chamaremos de campo da discursividade. Este termo indica a forma de relação com todo discurso concreto: ele determina simultaneamente o caráter necessariamente discursivo de qualquer objeto, e a impossibilidade de qualquer discurso dado implementar uma sutura final (LACLAU; MOUFFE, 2015, p. 186).

Laclau e Mouffe são contrários à ideia de que a “sociedade”, como totalidade, opere como a causa de seus processos parciais. Para a Teoria do Discurso, os fenômenos sociais são sobredeterminados, ou seja, não é possível abordá-los em uma simples relação de causalidade que implique um sentido singular empreendido por uma única agência (BURITY, 2014). Assim, afirmam Laclau e Mouffe (2015, p. 166):

Devemos, portanto, considerar a abertura do social como fundamento constitutivo ou a “essência negativa” da existência, e as diversas ordens sociais como precárias e, em última instância, tentativas fracassadas de domesticar o campo das diferenças. Da mesma forma, a multiformidade do social não pode ser apreendida através de um sistema de mediações, nem a “ordem social” compreendida como um princípio subjacente. Não existe espaço suturado correspondente à “sociedade”, uma vez que o social em si não possui essência.

Para negarem qualquer espécie de abordagem essencialista das relações sociais, Laclau e Mouffe (2015) pensam toda identidade em seu caráter precário,

Estruturalismo, uma vertente teórico-epistemológica qualificada, também, como pós-fundacionalista ou antifundacionalista (MENDONÇA; RODRIGUES, 2014).

que decorre justamente da impossibilidade de uma fixação última do sentido dos “elementos”. Daí que, para os autores, toda e qualquer estrutura discursiva é vista como o resultado de uma prática articulatória que vem a constituir e organizar as relações sociais. Assim, toda articulação consiste em “uma prática instituinte de pontos nodais, que fixam parcialmente o sentido do social num sistema organizado de diferenças”² (LACLAU; MOUFFE, 2015, p. 214).

Laclau e Mouffe (2015) esclarecem que os sentidos são fixados parcialmente, porque é possível se pensar em termos de forças antagonísticas que negam sistemas de diferenças. O antagonismo, como limite do social, que vem a ser resultado de práticas articulatórias externas aos agentes sociais, interrompe a linguagem (um sistema de diferenças) e se põe nos limites dessa sem por ela ser apreendido. Ou seja, a especificidade de uma prática articulatória hegemônica deve ser pensada através do confronto e das formas concretas de subordinação que ela apresenta com outras práticas articulatórias que sejam antagonísticas. Assim, afirmam os autores:

O social só existe como esforço parcial de construção da sociedade – ou seja, um sistema de diferenças objetivo e fechado – o antagonismo, como testemunha da impossibilidade de uma sutura final, é a experiência do limite do social. Rigorosamente falando, os antagonismos não são internos, mas externos à sociedade; ou melhor, eles constituem os limites da sociedade, a impossibilidade última desta última se constituir plenamente (LACLAU; MOUFFE, 2015, p. 203)

É através do conceito de “articulação” que Laclau e Mouffe introduzem o conceito de hegemonia. Para os autores, “as duas condições de uma articulação hegemônica são: a presença de forças antagonísticas e a instabilidade das fronteiras que as separam” (LACLAU; MOUFFE, 2015, p. 215). Ora, como os autores demonstram, se os limites só se tornam possíveis porque há um conjunto sistemático de diferenças entre as identidades discursivas e também entre as posições de sujeito, é porque é através da própria delimitação que uma totalidade negativa chega a se formar.

É imprescindível ter em mente as categorias de equivalências (lógicas de simplificação do espaço sócio-político que operam em espaços comunitários preexistentes) e fronteiras (lógicas entendidas em termos de diferenças que

² Um ponto nodal é um ponto discursivo privilegiado que serve de articulação a múltiplas identidades que, através das diferentes apropriações que compuseram sentidos indeterminados a tal ponto, fizeram deste um significante sem significado, ou seja, vazio (MENDONÇA, 2007).

expandem e complexificam o espaço sócio-político) para que se possa pensar em termos de hegemonia, pois esta “só se expande enquanto o caráter aberto, não suturado do social se ampliar” (LACLAU; MOUFFE, 2015, 218). Assim, os autores afirmam que:

Uma formação hegemônica também abarca o que se opõe a ela, na medida em que a força oponente aceite o sistema de articulações básicas daquela formação como algo que ela nega, mas o lugar da negação se defina pelos parâmetros internos da própria formação (LACLAU; MOUFFE, 2015, p. 219)

A hegemonia é uma espécie de relação política, cujos efeitos – que só são possíveis graças a um excesso de sentido – são de operações de deslocamento na infinitude do campo discursivo do social, que não é, de forma alguma, redutível a qualquer princípio unitário subjacente que se coloque como centro do social (LACLAU; MOUFFE, 2015).

Segundo Pessoa (2014), é justamente pelo fato da hegemonia ser uma relação política que não é reduzida ou essencializada na figura do Estado ou de um partido político, por exemplo, que o conceito não pode ser limitado a um domínio ou a uma esfera particular. Assim, o autor argumenta que é possível se apropriar da Teoria do Discurso para pensar as lógicas hegemônicas e antagônicas nos mais diferentes níveis de uma pesquisa empírica, o que emancipa a teoria laclauniana de uma abordagem restrita às análises de classe, própria de diferentes espécies de marxismo, ou de abordagens limitadas a níveis geográficos.

2. O “PLURALISMO AGONÍSTICO” DE CHANTAL MOUFFE E UM DIÁLOGO DA AUTORA COM A PSICANÁLISE

Chantal Mouffe escreve sua obra advogando por um modelo – embora inacabado (MENDONÇA, 2010)³ – de democracia agonística. Segundo a autora,

³ Aqui leva-se em conta a crítica de Mendonça (2010) à democracia agonística de Chantal Mouffe, ao considerá-la um princípio de ação e não um modelo completo. Por mais que Mouffe compreenda a dimensão do conflito como inerente à lógica constitutiva do social e das relações políticas, e, por isso, o consenso seja um “consenso conflituoso” que expressa a representação precária de um projeto político contingente, que não domina o campo social, tal posicionamento não se impõe como modelo bem estabelecido, mas como princípio norteador que serve de proposta para “domesticar” relações antagônicas (MENDONÇA, 2010). Assim, não se pretende contrariar a importante observação de Mendonça, embora não se desconsidere aqui a relevância do aviso de Mouffe.

é preciso que as pessoas que decidam pensar o social desistam de acreditar na possibilidade de um consenso final entre identidades coletivas disputantes do espaço político. Para Mouffe, não há reconciliação última entre os adversários no jogo democrático. Conforme as palavras da autora:

Na minha opinião, a crença na possibilidade de um consenso racional universal tem colocado o pensamento democrático no caminho equivocado. [...] A tarefa dos teóricos e políticos deveria consistir em promover a criação de uma esfera pública vibrante de luta “agonística”, onde pudesse se confrontar diferentes projetos políticos hegemônicos. Esta é, no meu ponto de vista, a condição *sine qua non* para um exercício efetivo da democracia (MOUFFE, 2007, p. 11).

É muito importante, na perspectiva de Mouffe, que os cidadãos possam encontrar, nas disputas agônicas, identidades coletivas com as quais possam estabelecer processos de identificação. Tais processos são importados da psicanálise freudiana e são incompatíveis com qualquer perspectiva essencialista da identidade, pois tornam esta “um momento instável da prática da identificação” (BURITY, 1997, p. 6). Assim, Mouffe (2007, p. 32) argumenta que:

[É] crucial para a teoria democrática levar em conta a dimensão afetiva da política, e para isto é necessário um sério diálogo com a psicanálise. A análise de Freud do processo de “identificação” destaca o investimento libidinal que opera na criação das identidades coletivas, e nos fornece importantes indícios ao que se refere à emergência dos antagonismos.

A identificação, segundo Freud (2013, p. 96), como “a forma de ligação emocional mais precoce e mais original”, tem o efeito de fornecer ao “eu” as formas que ele apreende através dos moldes de um objeto identificado. O objeto pode ter a qualidade de uma outra pessoa ou de uma identidade coletiva. Assim, “Freud escolheu a identificação para exprimir a incompletude da identidade; a identificação não faz, na verdade, o mesmo, ela tem por efeito multiplicar esse suposto mesmo” (FLORENCE, 1994, p.145).

Mouffe não desconsidera a dimensão afetiva da política, que é uma dimensão que se encontra tanto em um nível ôntico (“a” política), ou seja, empírico e de interesse dos cientistas políticos, quanto em um nível ontológico (“o” político), que faz referência à impossibilidade do fim dos conflitos e antagonismos, ou da ausência de poder nas relações sociais. Portanto, para

teorizar a partir dos processos de identificação, a autora acusa um investimento libidinal operante nas criações de identidades coletivas (MOUFFE, 2007).

Freud transpõe o conceito de libido – primeiro estabelecido na filosofia, depois qualificado pelos sexólogos do início do século XX como *libido sexualis* – para a psicanálise. A libido, em Freud, traduz o caráter universal do conceito de sexualidade. Em alemão, o termo libido aproxima-se de *Liebe* (desejo/amor). Para a metapsicologia de Freud (1996), depois deste escrever “Além do princípio do prazer”, em 1920, as “pulsões de vida”, Eros, estão ligadas a tudo o que pode se compreender a partir do termo “amor”. Por sua vez, as “pulsões de morte”, Tântatos, fazem menção a um “desligamento da vida”, por serem consideradas destrutivas e agressivas. Nesse sentido, é preciso lembrar que as pulsões de morte estão a serviço das pulsões de vida (PRATA, 2000), e também, que na democracia pluralista, o conflito se coloca como premissa para disputas de uma pluralidade contingente de ordens hegemônicas. Em relação a isso, Bevidas e Ravello (2006, p. 137) afirmam que:

A identidade tratar-se-ia, pois, de uma *paixão-limite*, ponto de miragem patêmica do sujeito (...). Assim situada a identidade, numa região limite a permanecer como uma linha do horizonte, todas as situações humanas de vínculos sociais ou de construção da subjetividade, de interações intersubjetivas ou da dinâmica (libidinal) psíquica, se distribuiriam na larga faixa de um percurso sob tensão entre o polo do mesmo e do outro, no percurso complexo, matizado e fortemente modalizado, da *Identificação* ou das identificações.

As disputas agônicas pressupõem que se estabeleça, através dos processos de identificação, o estatuto de adversário a um outro que é legítimo de participar dos processos políticos com seus diferentes projetos hegemônicos. Tal configuração de relação democrática, própria do pluralismo agonístico, rejeita a legitimidade de identidades coletivas que tomem outras identidades coletivas como inimigas, ou seja, como um “eles” a ser eliminado.

Canais democráticos pluralistas devem ser pensados para que as relações sociais não adquiram um caráter antagônico, ou seja, para que as identidades coletivas não assumam uma perspectiva de “nós” contra “eles” na linha de “amigos” e “inimigos”. Tais canais não propõem o fim das expressões políticas apaixonadas, mas a possibilidade de que aqueles que se confrontam na sociedade civil não venham a assumir o posicionamento antagônico, porque

podem sublimar⁴ tais paixões através dos canais da democracia agonística (MOUFFE, 2007).

A perspectiva adversarial de Mouffe (2007), defende a própria autora, é de grande valor na ajuda a se “domesticar” os conflitos antagônicos entre amigos e inimigos. Segundo Mouffe, o dissenso é a condição mesma do modelo democrático, de modo que a discordância na política está longe de se apresentar como uma ameaça a tal modelo. A perspectiva adversarial apresenta a possibilidade de tornar os conflitos – através da sublimação das aspirações políticas de identidades coletivas em constantes e contingentes relações de dissenso – em formas agonísticas capazes de estabelecerem reconfigurações da estrutura de uma sociedade que só são possíveis no pluralismo agonístico, através dos projetos hegemônicos propostos entre adversários. Assim, os canais agonísticos (canais democráticos que pressupõem o respeito entre os adversários) servem de alternativas e influências às realizações de dramas sociopolíticos fantasísticos, que proporcionam fontes de prazer e fruição da vida emocional na realização de desejos menos bruscos, como por exemplo, as revoluções armadas ou os regimes autoritários (FREUD, 2006).

O “consenso conflituoso”, termo que Mouffe (2013) delega como motor da democracia agonística, envolve a questão do respeito como algo indubitavelmente necessário no dissenso, que é próprio tanto do nível ontológico do conflito político, quanto das instâncias políticas democráticas. A partir do “consenso conflituoso”, é possível reconhecer os limites possíveis entre as

⁴ A libido modifica seus investimentos. Ela muda de alvo e objeto. Na sublimação, desde uma perspectiva freudiana, a pulsão libidinal encontra satisfação desviando do objeto e do alvo sexual (embora tal processo seja associado a Eros, e, por isso, a sublimação seja um destino para os representantes das pulsões sexuais) para ser investida em atividades e objetos socialmente valorizados (VALAS, 2001), como no caso dos confrontos em uma democracia agonística. Diferentemente de uma formação reativa (um processo ligado a sentimentos tais como a humilhação, asco, vergonha), por exemplo, que em um primeiro momento na obra de Freud é tida como um subprocesso sublimatório não diferenciado da sublimação, mas depois o é pelo fato das formações reativas envolverem o recalçamento da sexualidade, a sublimação é um outro destino das pulsões que não o do recalçamento e de seus distintos instantes: fixação, recalque propriamente dito e retorno do recalçado. Desde uma perspectiva lacaniana, que trabalha mais com a questão ética, tal definição da sublimação é considerada normativa por estar estritamente ligada a uma noção de adaptabilidade social. Lacan afirma que a sublimação eleva um objeto à dignidade da coisa (*das Ding*). Esse elevar sustenta o vazio de *das Ding* e possibilita que o real potencializa-se pelo ato criativo, tal processo ocorre através de um engodo entre a cultura e o registro do imaginário. Só a partir de tal encontro que formam-se os valores e formas valorizados socialmente que não reduzem o processo sublimatório a um caráter instintivo. Para Lacan, a sublimação não se restringe ao gozo fálico (aquele que abarca os prazeres humanos em geral), trata-se um processo para além do gozo fálico e que envolve a dessexualização da pulsão (no sentido estrito do gozo incestuoso) e a satisfação criativa (TOREZAN; BRITO, 2012).

identidades coletivas adversárias no jogo democrático e estabelecer a legitimidade democrática de tais identidades adversárias. Pelo fato da divisão de identidades e dos conflitos entre estas não terem um fim, o “consenso conflituoso” sempre fornecerá aos cidadãos uma identidade coletiva adversária externa, um “eles” que serve de “exterior constitutivo” a uma identidade coletiva com a qual um cidadão se identifica e a enxerga como um “nós”. É esse o “momento do político”, ou seja, o reconhecimento de um caráter constitutivo próprio do social. Assim, afirma Mouffe (2007, p. 25):

Além disso, como já assinalai, o "eles" representa a condição de possibilidade de um “nós”, sua “exterioridade constitutiva”. Isto significa que a constituição de um “nós” específico depende sempre do tipo de “eles” com o qual se diferencia. Este ponto é crucial, já que nos permite conceber a possibilidade de diferentes tipos de relação nós/eles de acordo com modo ao qual o “eles” é construído.

9.4 CANAIS AGONÍSTICOS E ANTAGONÍSTICOS

Os canais agonísticos não podem evitar o confronto entre adversários políticos. Como destaca Mouffe (2013), são múltiplos os espaços públicos agonísticos. Tais espaços apresentam superfície discursiva e não possuem um centro pré-determinado. Eles são disputados por projetos hegemônicos conflitantes de identidades discursivas adversárias com diferentes pontos de vista que jamais farão uma reconciliação final. Apesar disso, não buscam fazer da relação democrática algo completamente desconstrutivista, e tampouco visam eliminar o outro, como ocorre nas relações antagônicas entre inimigos e amigos.

Comunidades virtuais, que servem de ágoras públicas, como alguns grupos de *Facebook*, conseguem se organizar para debaterem horizontalmente questões que antes eram refletidas de forma vertical entre autoridades, conforme salienta o psicanalista Christian Dunker (2011). Isso inclui, para o autor, a política, que ainda não sabe gerir decisões de interesse público. Esse modelo, segundo Dunker, nos expõe a uma civilização de zeladores, gestores, formadores de opinião que intentam em transformar uma questão aberta, ou seja, uma questão que sirva como “momento do político” (para pensar a partir das ideias de Laclau e Mouffe), em uma norma ou contra norma, o que na Teoria do Discurso seria uma ordem hegemônica ou contra-hegemônica. Dunker afirma

que esse modelo possibilitado contemporaneamente pela *Internet* tende a aumentar tanto a agressividade nos debates, quanto o número destes, justamente por haver uma implicação mais direta dos desejos dos usuários das redes sociais, ou seja, por haver uma maior imposição de identidades coletivas às fantasias dos vizinhos, tratados como “eles”. O pluralismo agonístico não descarta tal argumento, mas entende que a democracia pluralista ainda é um meio mais adequado para lidar com tais paixões políticas através da sublimação destas.

Assim, embora Chaves (2014) desvincule a relação da questão afetiva com o ciberativismo, ao diferenciar os usuários do *Facebook* em dois grupos, ou seja, os que o utilizam a rede social para a militância, e aqueles que a empregam para se relacionarem uns com os outros afetivamente, aqui não se pretende fazer tal separação. Desde Freud que o afeto na psicanálise compreende toda a gama de sentimentos humanos que – para pensar nos termos da Teoria do Discurso – se manifestam mesmo em retóricas e práticas discursivas. Já em Lacan, o afeto sempre esteve ligado a abordagens que fazem referência à questão do gozo⁵ (CORRÊA, 2005).

Embora a noção de adversário carregue para si o dissenso, não são todas as formas de dissenso que poderão ser consideradas como democráticas. É possível pensar que a intolerância é o limite do dissenso democrático no pluralismo agonístico. Não que Mouffe ingenuamente acredite que a intolerância possa ser eliminada. Mas a autora considera, em tom de aviso, que é melhor que ela seja sublimada nos modelos democráticos para que se procure evitar confrontos violentos.

⁵ Quando Lacan foi acusado em uma jornada de ensino em Montreux, na Suíça, por nunca falar em afeto, o psicanalista francês retrucou: “Eu sempre falei de afeto!”. O que distingue a abordagem lacaniana da abordagem freudiana, é o fato de Lacan não tratar o afeto como um sentimento, mas, utilizando-se de uma expressão cartesiana, ele o encara como uma “paixão da alma” (CORRÊA, 2005). O que Lacan acrescenta à sua psicanálise, na década de 1970, é o destaque à noção de gozo, resgatando, em certa medida, a metapsicologia de Freud. O interesse da psicanálise lacaniana, em termos linguísticos, está no ponto em que a linguagem tropeça, se equivoca. Pois, onde a fala fracassa aparece o gozo. Assim, Lacan (2008) postula que o ser, inconscientemente, goza ao falar. Embora Freud utilize-se do termo “gozo” (*Genuss*) ao longo de sua obra, designando-o em sua conotação sexual (às vezes substituindo *Lust*, “prazer” em alemão, por *Genuss*), como um prazer provindo de algo penoso, ele não faz do termo um conceito. Utiliza-o apenas como uma palavra. O gozo refere-se a prazeres extremos, alegria intensa, júbilo, êxtase (não se deve confundir a palavra gozo com a volúpia, o prazer orgástico). Por conta da pulsão de morte, o gozo pode manifestar-se como excessos em sensações dolorosas, repulsa, asco ou horror. É por meio desta abordagem que Lacan começará a introduzir suas concepções de gozo (NASIO, 1993).

3. INTOLERÂNCIA EM CANAIS ANTAGONÍSTICOS

O tema da tolerância/intolerância historicamente tem acompanhado o desenvolvimento da humanidade, inclusive nas duas primeiras décadas do século XXI, contexto no qual as pessoas podem levar as instâncias dos conflitos políticos para a dimensão virtual, na *Internet*. O Estado Islâmico, por exemplo, divulga mundialmente seus vídeos de execuções de inimigos políticos; grupos *online* utilizam-se do impacto emocional de tais materiais como pretexto para leis que vetem a imigração de refugiados. O racismo, a intolerância religiosa, a xenofobia e a homofobia são formas particulares de intolerância com identidades discursivas antagônicas.

Aqui, concorda-se com Morais (2012) e Pinto (2000), quando se defende que a tolerância, como valor ou um princípio, não pode sustentar a complexidade do social, não sendo suficiente também para romper com as injustiças causadas por desigualdades sociais. Entende-se, assim, a partir de um olhar psicanalítico⁶ presente na obra de Mouffe, que “Apesar do mal-estar inerente, a única solução viável para o homem sobreviver com suas pulsões, na cultura, é através do ato de sublimar” (FINGER, 2010, p. 8). Finger (2010) lembra que é um ponto positivo da sublimação o estabelecimento de laços sociais entre os homens e as mudanças que estes podem constituir através de criações políticas e socioculturais. Ora, como já foi demonstrado, a proposta de uma democracia agonística é um meio de sublimação para fazer do conflito um recurso criativo para o estabelecimento de projetos hegemônicos.

Para além da questão da sublimação dos impulsos, e somando-se a essa, é importante ressaltar que, a partir de um ponto de vista lacaniano dos conflitos, há mais do que uma espécie de coerência simbólica nos debates vibrantes da democracia: ainda há o gozo. Assim, conforme argumentam Glynos e Stavrakakis (2008, p. 260):

O gozo nos ajuda a responder de maneira mais concreta o que está em jogo na identificação sociopolítica e na formação identitária, ao sugerir que o respaldo dado às fantasias sociais está parcialmente

⁶ O mal-estar destacado pela psicanálise, e que é transposto para o pensamento de Mouffe, se deve à “*desarmonia* nos *laços sociais* que então foi sublinhada por Freud. Com isso, enfim, o discurso freudiano assume um *estilo trágico* de leitura da modernidade” (BIRMAN, 2016, p. 134).

enraizado na *jouissance* do corpo. O que está em jogo nesses campos, segundo a teoria de Lacan, não é somente a coerência simbólica (e/ou deslocamento) e o cerne discursivo (e/ou impossibilidade) mas também o gozo, a *jouissance* (uma *jouissance* perdida/impossível, sem dúvida) que anima o desejo humano. A partir de um ponto de vista psicanalítico, os sintomas sociopolíticos persistem precisamente porque aportam uma forma de gozo ao sujeito social. Isto explica por que é tão difícil desarticular e desfazer tais sintomas.

A dimensão que Glynos e Stavrakakis trazem ao debate é importante, sobretudo porque estabelece obstáculos que a própria Mouffe (2007) reconhece como de grande importância para pensar o conflito social. A autora, influenciada pelo argumento de Glynos e Stavrakakis, defende que, para pensar as atuações sociais, é necessário que se leve em conta a *jouissance* proporcionada através do ativismo político, ou seja, o *enjoyment* que possibilita e serve de motor inconsciente para a persistência das formas políticas de identificação. Assim, a partir de um olhar que considera o gozo, a autora reflete sobre as identidades coletivas nacionalistas, que averigua como de intensa dimensão afetiva⁷.

O conceito de gozo é importante para captar as práticas discursivas que envolvam intolerância social. Há intolerância quando entende-se que o Outro⁸ rouba um gozo que essencialmente não lhe pertence (ŽIŽEK, 1993 apud GLYNOS; STAVRAKAKIS, 2008). A intolerância é a rejeição à existência do gozo do Outro (estrangeiro) por meios como a segregação, o calar, excluir, “mesmificar” etc. (QUINET, 2011).

Eugênio Bucci (2016), pensando a identidade coletiva do nacionalismo no Brasil, também a partir de um olhar que leva em consideração o gozo da teoria lacaniana, relembra o dia 12 de junho de 2014, durante o evento de abertura da Copa do Mundo, quando a ex-presidente Dilma Rousseff foi humilhada na *Arena*

⁷ É importante que aqui se diferencie o afeto, como uma tensão ou emoção que atravessa os personagens de uma cena fantasística durante a ação principal desta, do gozo (mais-gozar), como substância, que em geral não é sentido, embora seja o motor inconsciente da ação fantasística (NASIO, 1993). Ainda que sempre que Lacan se refere ao gozo, ele também se refere aos afetos.

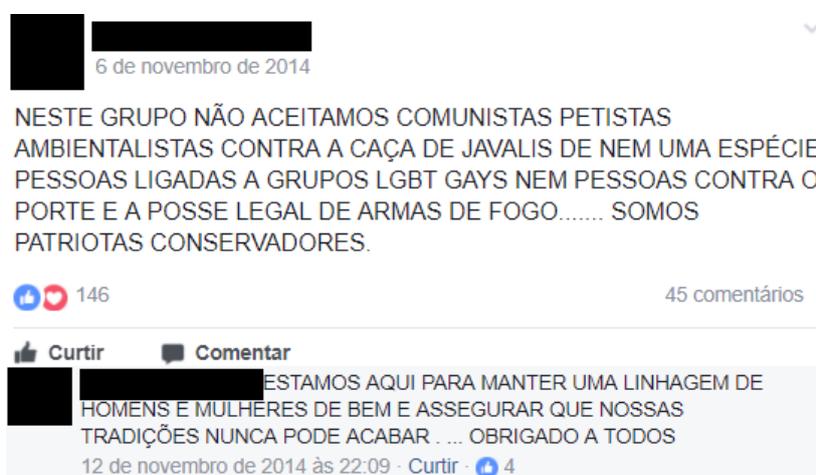
⁸ Aqui, o termo Outro refere-se ao Outro gozo. Lacan, para conceituar o Outro gozo, estabelece uma oposição entre o gozo do Um ao Outro gozo (o Outro gozo é o inapreensível ao Um e, por isso, admite a categoria do impossível, é esse o “Outro” que inicia esta nota de rodapé). Para desenvolver o Outro gozo, Lacan se detém ao platonismo para explicar que o Outro falta (não existe), mas “Heteros” existe. O estado de abertura ao “Heteros”, a heteridade, também compreende a abertura à existência do Outro gozo (o Outro que existe, aquele que deve ser encarado como o mais estrangeiro de todos).

Corinthians, em São Paulo, por pessoas que ocupavam as arquibancadas e se identificavam como nacionalistas. Assim, diz Bucci (2016, p. 22):

As mesmas vozes que reverenciaram o rebuscamento empolado dos versos de Osório Duque Estrada agora se entregavam à rispidez do palavrão infamante. Bastava a imagem da presidente da República aparecer nos telões para que os espectadores urrassem num unísono bem ritmado: “*Ei, Dilma, vai tomar no...! Ei, Dilma, vai tomar no...!* Quem esteve no meio da multidão conta que os presentes não escondiam o prazer, ou mesmo o júbilo, de dirigir a palavra à presidente da República. Foi uma diversão à parte, embora o quadro nacional inspirasse temores

Para além desse episódio, é possível capturar tais reverberações nacionalistas também em instâncias das redes sociais. Para citar um exemplo, há no *Facebook* diversos grupos conservadores cujos membros acabam por se identificarem como nacionalistas ufanistas que se colocam como inimigos de outras identidades coletivas, acusando estas de estarem roubando algo que é essencialmente deles – o que é abordado aqui como o gozo. A Figura 1, abaixo, evidencia isso:

Figura 1 - Comentários publicados em um grupo conversador nacionalista



Fonte: imagem extraída do grupo “Conservador F”.

O intolerante, argumenta Dunker (2015), é um mestre invadido. O que não se tolera é um fragmento de gozo inadmitido na fantasia do sujeito intolerante. Assim, para usar alguns exemplos, o autor considera o xenófobo como alguém que não teria a capacidade de lidar com a irrelevância ou a impotência de sua própria origem; já o machista seria aquele que teme as conquistas dos direitos das mulheres por sentir-se desprotegido. A intolerância, portanto, é uma reação

ao gozo do outro que é sentido pelo intolerante como excessivo e intrusivo ao seu próprio gozo. Nesse ponto, Mouffe (2007) e Dunker concordam em parte, pois a cientista política belga afirma que a intolerância está relacionada à presença de um inimigo que o intolerante acredita o estar “roubando”. Porém, Dunker faz uma crítica a essa abordagem da intolerância como intrusão a um limite do outro, pois, para tal abordagem, segundo o autor, bastaria que o intolerante entendesse as regras que presidem uma dada comunidade do outro para que pudesse partilhar da mesma forma de vida sobre a qual a sua intolerância recai e deixasse de ser intolerante. Ora, Mouffe não acredita em tal reconciliação, pois a autora é crítica dessa espécie de racionalismo que subestima a subjetividade em jogo no conflito e que não permite sublimar os antagonismos através de canais agonísticos.

Dunker (2016) afirma que grupos que se definem por identidades podem se tornar perigosos, em virtude do fato da identidade ter de ser permanentemente repostada e confirmada. Assim, para o autor, a identidade tende sempre a ser imposta a um outro, um vizinho que passa a ter sua fantasia ameaçada. Ora, o pluralismo agonístico estabelece como regra do jogo democrático o reconhecimento da legitimidade entre as identidades coletivas adversárias justamente para que nenhuma delas se torne um “mal” à outra através da intolerância. Da mesma forma, não é pretensão da democracia agonística eliminar os antagonismos, mas trabalhar com a possibilidade de sublimá-los em meio ao mal-estar inerente dos laços sociais.

4. CONCLUSÃO

Para abordar alguns dos temas e questões concernentes ao pluralismo agonístico e à Teoria do Discurso, faz-se necessário um diálogo com a literatura psicanalítica. Este artigo propôs aprofundar tal diálogo para colocar em destaque a importância dos conceitos psicanalíticos para o projeto de uma Democracia Radical e seus possíveis obstáculos.

O artigo não esgota a discussão, apenas levanta apontamentos que devem ser destacados ao se pensar as contribuições de Mouffe para a teoria política, como a instância da intolerância no modelo agonístico e as particularidades dos canais antagonísticos e agonísticos.

5. REFERÊNCIAS

BURITY, Joanildo. **Psicanálise, identificação e a formação de atores coletivos** [*Mimeo*]. Trabalhos para discussão Tpd, n. 82, 1997.

DUNKER, Christian. **Políticas de identidade e a busca de um novo modelo de crítica**. *Revista Forum*. 17/02/2016. *Link* de acesso: <https://www.revistaforum.com.br/2016/02/17/christian-dunker-politicas-de-identidade-e-a-busca-de-um-novo-modelo-de-critica/>. Último acesso: 18/07/2017.

_____. Intolerância e cordialidade nos modos de subjetivação no Brasil. **Sig**: revista de psicanálise/Sigmund Freud Associação Psicanalítica – Vol 4, n: 6 (Jan/Jun/2015), p. 81 – 102. Porto Alegre: Sigmund Freud Associação Psicanalítica, 2015.

FLORENCE, Jean. As identificações. In: **As identificações na clínica e na teoria psicanalítica**. P. 115 – 146. Organizador: ROITMAN, Ari. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994.

FINGER, Sheila Skitnevsky. O possível & o impossível perante a intolerância. Curso Virtual “Educação para a Tolerância: Contribuições Psicanalíticas” – out a dez, 2010.

FREUD, Sigmund. **Psicologia das massa e análise do eu**. Porto Alegre, RS: L&PM, 2013.

_____. **Personagens psicopáticos no placo**. Rio de Janeiro: Imago, 2006.

GLYNOS, Jason; YANNIS, Stavrakakis. Encuentros del tipo real: indagando los limites de la adopción de Lacan por parte de Laclau. In: Critchley, S. & Marchat, O. **Laclau: aproximaciones críticas a su obra** . Fondo del Cultura Economica, 2008.

LACLAU, Ernesto; MOUFFE, Chantal. **Hegemonia e estratégia socialista: por uma política estratégica radical**. São Paulo: Intermeios.

MENDONÇA, Daniel de; RODRIGUES, Léo Peixoto. Do estruturalismo ao pós-estruturalismo: entre fundamentar e desfundamentar. In: **Pós-estruturalismo e teoria do discurso**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2014.

_____; _____. Em torno de Ernesto Laclau: pós-estruturalismo e teoria do discurso. Porto Alegre, EDIPUCRS, 2014.

MENDONÇA, Daniel de. Teorizando o agonismo: crítica a um modelo incompleto. Sociedade e Estado, v. 25, n. 3, p. 479 – 497, 2010.

_____. A teoria da hegemonia de Ernesto Laclau e a análise política brasileira. Ciências Sociais Unisinos, v. 43, n. 3, 2007.

MORAIS, Maria Carolina. Faces da intolerância na contemporaneidade. Leitura Flutuante, n. 4, p. 195 – 206, 2012.

MOUFFE, Chantal. **Agonistics: thinking the world politically**. United States of America: Verso Books, 2013.

_____. **En torno a lo político**. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2007.

NASIO, Juan David. **Cinco lições sobre a teoria de Jacques-Lacan**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

VALAS, Patrick. **As dimensões do gozo**. Zahar, 2001.

PESSOA, Carlos. Hegemonia em tempos de globalização. In: **pós-estruturalismo e teoria do discurso**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2014.

PRATA, Maria Regina. Pulsão de morte: mortificação ou combate. *Ágora*, v. 3, n. 1, p. 115 – 135, 2000.

QUINET, Antonio. **A heteridade de Lacan**. Texto apontado no colóquio ‘2001 – Uma odisseia lacaniana’. Rio de Janeiro. 11/04/2001.